

**SERVIÇOS PÚBLICOS**

**1(OAB CESPE 2009 EXAME DE ORDEM 2009.2)** Considere que, após o devido processo licitatório, a administração pública tenha delegado a execução de um serviço público a um particular para que este executasse o serviço em seu próprio nome, por sua conta e risco, pelo prazo de cinco anos. Em troca, conforme previsão contratual, o particular receberia, a título de remuneração, a tarifa paga pelos usuários do serviço. Nesse caso, a administração pública firmou contrato de

- a) concessão de serviço público.
- b) permissão de serviço público.
- c) autorização de serviço público.
- d) empreitada de serviço público.

**2(BANCO CENTRAL CESPE 2009 PROCURADOR DO BANCO)** No que se refere a concessões, permissões e autorizações, **assinale a opção correta.**

- a) Se uma empresa apresentar-se como licitante para firmar contrato de concessão e, na fixação da tarifa apresentada como proposta, estiverem incluídos subsídios específicos que a empresa possua, não disponíveis para os demais licitantes, nesse caso, a proposta deverá ser analisada.
- b) Diante do princípio da indisponibilidade do interesse público, o contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, como a arbitragem.
- c) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido e cabe-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- d) Nas concessões de parcerias público-privadas, não se admite a emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em

relação às obrigações pecuniárias da administração pública.

e) A constituição da sociedade de propósito específico dar-se-á após a celebração do contrato de concessão, no âmbito das parcerias público-privadas.

**3(MCT / FINEP CESPE 2009 ADMINISTRAÇÃO)** No que concerne às concessões e permissões de serviços públicos, **assinale a opção correta.**

a) A concessão de serviço público é a delegação, a título precário sem licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho.

b) Apenas mediante lei específica, o poder concedente pode intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

c) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, deve ser objeto de prévia licitação, segundo a legislação própria observando aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

d) Encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente, mediante decreto, após o prazo da concessão, por motivo de interesse público e independentemente de pagamento da indenização.

e) A permissão de serviço público deve ser formalizada mediante contrato de adesão, que não pode ser revogado de forma unilateral pelo poder concedente.

**4(TRE – MA CESPE 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO)** Em relação aos serviços públicos e aos agentes administrativos, **assinale a opção correta.**

a) A prestação de serviço público não abrange o desempenho de atividades de natureza comercial e industrial.

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIJUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

b) No contrato de concessão de serviço público, havendo a encampação, o concessionário não tem direito à indenização por eventuais prejuízos.

c) A autorização de serviço público constitui ato administrativo bilateral, vinculado e precário.

d) Os empregados públicos são contratados sob regime da legislação trabalhista, aplicável com as alterações oriundas da CF, bem como mediante as derrogações promovidas pelos estados no âmbito das respectivas constituições estaduais.

e) Não se exige a realização de concurso público para o exercício de função pública.

**5(OAB CESPE 2009 EXAME DE ORDEM 2009.1)** Conforme dispõe a lei geral de concessões, a encampação consiste

a) no retorno dos bens públicos aplicados na execução do objeto do contrato de concessão ao poder concedente.

b) na declaração de extinção do contrato de concessão em face da inexecução total ou parcial do contrato, desde que respeitados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

c) na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

d) no fim do contrato de concessão, por iniciativa do concessionário, quando houver descumprimento das condições do contrato pelo poder concedente.

**Acerca do serviço público, julgue os seguintes itens.**

**6(ANTAQ CESPE 2009 TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** - Considere que a União pretenda criar uma nova empresa pública, prestadora de serviços públicos, para atuar em determinada área. Nesse caso, essa empresa estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos

e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

**7(ANTAQ CESPE 2009 TÉCNICO ADMINISTRATIVO)** - Suponha que um usuário de serviço público prestado por empresa privada em determinado estado da Federação pretenda ingressar com ação judicial visando rescindir o contrato de prestação do referido serviço, por deficiência dessa operadora. Nesse caso, essa ação deverá ser julgada pela justiça comum estadual.

**Julgue os itens a seguir, relativamente à ANATEL, aos dispositivos constitucionais relacionados ao setor de telecomunicações e à concessão de serviço público.**

**8(ANATEL CESPE 2009 ESP. EM REGULAÇÃO DE SERV.)** - Segundo a jurisprudência do STF, a proibição contida na norma constitucional que estabelece ser inviolável o sigilo das comunicações telefônicas refere-se à interceptação e à consequente captação de conversa, por terceira pessoa, sem a autorização e(ou) o conhecimento dos interlocutores e interessados na conversa telefônica.

**9(ANATEL CESPE 2009 ESP. EM REGULAÇÃO DE SERV.)** - Caso seja extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, não sendo permitido, porém, ao poder concedente a ocupação das instalações nem a utilização dos bens reversíveis.

**10(ANATEL CESPE 2009 ESP. EM REGULAÇÃO DE SERV.)** - A doutrina majoritária reconhece nos contratos de concessão a existência de cláusulas regulamentares e de cláusulas financeiras. Estas, como traduzem o preço do serviço, não podem ser alteradas ao exclusivo arbítrio da administração.

**Acerca da Lei Geral de Telecomunicações (Lei n.º 9.472/1997), julgue o próximo item.**

**11(ANATEL CESPE 2009 ANALISTA ADMINISTRATIVO)** - O peticionamento pelos

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIJUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

usuários de serviços de telecomunicações para reclamarem seus direitos contra prestadores de serviço perante o órgão regulador não dependerá da assistência de advogado.

**12(AUGE – MG CESPE 2009 AUDITOR INTERNO )** A respeito do regime de concessões e permissões de serviço público e das parcerias público-privadas, **assinale a opção correta.**

a) A permissão é formalizada por contrato administrativo, tem como objeto a prestação de serviços públicos e pode ser firmada tanto com pessoa física quanto com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

b) As concessões de serviço público só podem ser outorgadas por prazo determinado.

c) O poder público pode celebrar parcerias público-privadas independentemente do valor do contrato e do prazo de prestação do serviço a ser desenvolvido.

d) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação, adotando-se sempre a modalidade da tomada de preços.

e) Em razão do princípio da continuidade do serviço público, a concessionária não pode requerer judicialmente a rescisão do contrato de concessão, nem mesmo se o poder concedente descumprir as normas contratuais.

**13(TRE – MG CESPE 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO)** Quanto ao conceito e aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, **assinale a opção correta.**

a) O conceito de serviço público compreende não somente a execução de determinada atividade, como também sua gestão, que deve ser desempenhada pelo Estado por intermédio da atuação exclusiva da administração centralizada.

b) Todo serviço público tem por finalidade atender a necessidades públicas, razão pela qual toda atividade de interesse público constitui serviço público.

c) Os serviços públicos, em qualquer hipótese, estão sujeitos ao regime jurídico público.

d) O princípio da mutabilidade do regime jurídico é aplicável ao serviço público, motivo pelo qual são autorizadas mudanças no regime de execução do serviço para adaptações ao interesse público, o que implica ausência de direito adquirido quanto à manutenção de determinado regime jurídico.

e) O princípio da igualdade dos usuários não é aplicável ao serviço público, na medida em que devem ser considerados, como regra, aspectos de caráter pessoal de cada usuário na prestação do serviço público.

**14(TRE – GO CESPE 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO)** Assinale a opção correta quanto à concessão de serviço público.

a) O concessionário atua em nome da administração, por conta e risco desta, respondendo subsidiariamente por eventuais danos causados na execução do serviço.

b) O poder concedente é atribuição exclusiva da União e dos estados, sendo vedado aos municípios.

c) O contrato de concessão de serviço público deve ser precedido de licitação, na modalidade de concorrência, salvo nas hipóteses previstas em lei.

d) A pessoa física pode ser concessionária de serviço público.

**15(OAB – SP CESPE 2009 137º EXAME DE ORDEM )** Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da CF e regulado pela Lei n.º 8.987/1995, **assinale a opção correta.**

a) A subconcessão dos serviços pela concessionária contratada pelo poder concedente é de livre pactuação.

b) A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não atinge o contrato de concessão.

c) Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente aos demais requisitos previstos para os outros tipos de concessão,

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: [@profsavonitti](https://twitter.com/profsavonitti)

estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.

d) O contrato de concessão, por constituir contrato administrativo, não pode submeter-se ao emprego de mecanismos privados para resolução de disputas, como, por exemplo, a arbitragem.

### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

**1.(MCT / FINEP CESPE 2009 ADMINISTRAÇÃO) Assinale a opção correta** acerca da responsabilidade civil do Estado.

a) Considere que determinado paciente, que sofre de depressão, esteja internado há dois meses em hospital público estadual para tratamento de tuberculose crônica. Nessa situação, caso venha a se suicidar dentro da unidade hospitalar, não há responsabilidade civil indenizatória do Estado, ainda que a administração não tenha providenciado vigilância permanente sobre o enfermo.

b) Considere que João tenha ajuizado ação de indenização por danos morais e materiais, em desfavor do estado do Rio de Janeiro, a fim de ser indenizado pelos prejuízos suportados em virtude do falecimento do filho, em decorrência de uma bala perdida que atingiu a cabeça dele, disparada por arma de fogo portada por menor, foragido há oito dias de unidade de semiliberdade da capital, o qual pretendia alvejar dois desafetos para vingar a morte de um colega. Nesse caso, em razão da falha do serviço de custódia do estado, este deve ser condenado a indenizar João.

c) Em se tratando de conduta omissiva do Estado, a responsabilidade indenizatória é objetiva, logo não deve ser discutida a culpa estatal, mas apenas o dano e o nexo de causalidade.

d) A responsabilidade civil do estado nos casos de morte de pessoas custodiadas é subjetiva, uma vez que ela está baseada na ausência do serviço de proteção à integridade física dos detentos. Logo, além do dano e do nexo de causalidade, faz-se necessária a comprovação da culpa estatal.

e) Na hipótese de concessão ou permissão de serviço público, o particular afetado injustamente por ato de agente vinculado à empresa concessionária ou permissionária deve acionar judicialmente o poder concedente, que é o responsável pela indenização a ser paga.

**2.(TRE – MA CESPE 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO) Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.**

a) O fundamento da teoria da responsabilidade objetiva, trazida na CF e adotada atualmente no Brasil, é a teoria do risco administrativo.

b) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos estão sujeitas à responsabilidade subjetiva comum.

c) Para configurar-se a responsabilidade objetiva do Estado, basta apenas a comprovação de dois pressupostos: o fato administrativo e o dano.

d) De acordo com a responsabilidade objetiva consagrada na CF, mesmo na hipótese de o poder público comprovar a culpa exclusiva da vítima, ainda assim persiste o dever de indenizá-la.

e) As ações de ressarcimento propostas pelo Estado contra os seus agentes prescrevem no prazo de dez anos.

**3(TRT 17ª REGIÃO CESPE 2009 ANALISTA JUDICIÁRIO) - O Estado não responde civilmente pelos danos causados por atos praticados por agrupamentos de pessoas ou multidões, por se tratar de atos de terceiros que caracterizam uma excludente de causalidade, salvo quando se verificar omissão do poder público em garantir a integridade do patrimônio danificado, hipótese em que a responsabilidade civil é subjetiva.**

**Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.**

**4(ANATEL CESPE 2009 ANALISTA ADMINISTRATIVO) - A responsabilidade civil do Estado poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva da vítima, ou mitigada a**

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIJUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

reparação na hipótese de concorrência de culpa.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, **julgue o item que se segue.**

**5(AUGE – MG CESPE 2009 AUDITOR INTERNO)** Acerca da responsabilidade civil da administração pública no direito brasileiro, **assinale a opção correta.**

a) Considere a seguinte situação hipotética. Um ex-detento ingressou com ação de indenização contra o Estado por ter sido condenado em virtude de sentença que continha erro judiciário. Nessa situação, o Estado não pode ser civilmente responsabilizado, pois quem responderá pelo erro judiciário é o juiz que proferiu a sentença.

b) Considere a seguinte situação hipotética. O empregado de uma empresa pública que se dedica à exploração de atividade econômica praticou ato que causou prejuízo a terceiro, ficando comprovado que não houve culpa ou dolo na conduta do empregado. Nessa situação, a empresa pública citada deve responder pelo prejuízo causado, à luz do conceito da responsabilidade comum do Direito Civil, pois, por se dedicar à exploração de atividade econômica, ela é regida pelas normas aplicáveis às empresas privadas, não estando sujeita à responsabilidade civil objetiva.

c) Considere a seguinte situação hipotética. Determinado servidor público, ao praticar ato de natureza funcional, causou dano direto a terceiro. Restou provado, porém, que o servidor não agiu com culpa ou dolo. Nessa situação, o Estado deve responder pelo dano, mas exercer seu direito de regresso contra o servidor, cuja culpa é presumida, tendo em vista ser objetiva a responsabilidade dos agentes estatais frente ao poder público.

d) Considere a seguinte situação hipotética. O empregado de uma empresa privada prestadora de serviço público, no exercício de suas atribuições, causou dano a terceiro. Nessa situação, o empregado deve responder individualmente pelos prejuízos, uma vez que as

empresas privadas, mesmo que prestem serviço público, não estão sujeitas à teoria da responsabilidade civil objetiva aplicável às pessoas de direito público.

e) Quando o dano causado a particular resultar de ato legislativo, o Estado estará isento da obrigação de repará-lo, mesmo que a lei tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois o Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições, atua com independência e soberania, editando normas gerais e abstratas que alcançam todas as pessoas indistintamente, sem que haja quebra do princípio da igualdade de todos perante a lei.

**6(AGU – ADV CESPE 2009 ADVOGADO DA UNIÃO)** - Para sua configuração, a

responsabilidade do Estado demanda os seguintes pressupostos: conduta comissiva ou omissiva, ocorrência de dano, bem como nexos de causalidade entre a conduta e o dano. No caso de responsabilização do Estado, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, no percentual de 12% ao ano.

**A respeito da Responsabilidade civil do Estado, julgue o item abaixo.**

**7(SEGER-ES CESPE 2009 ANALISTA ADMINISTRATIVO)** - As pessoas jurídicas de

direito público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso não significa que o Estado deve indenizar a vítima do dano independentemente da demonstração de que o dano por ela sofrido decorreu do ato estatal.

**8(TRE – GO CESPE 2009 TÉCNICO JUDICIÁRIO)** Joaquim, motorista de pessoa

jurídica prestadora de serviço público, transportava documentos oficiais que necessitavam ser entregues com urgência. No trajeto, Joaquim, por imperícia e imprudência, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual colidiu com veículo de particular.

**Considerando a situação hipotética acima, assinale opção correta.**

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIJUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

a) A responsabilidade civil será exclusiva de Joaquim, visto que agiu com imperícia e imprudência.

b) A Constituição Federal de 1988 ( CF ) adotou a responsabilidade objetiva do Estado, sob a modalidade do risco integral, razão pela qual a pessoa jurídica deverá responder pelos danos.

c) Trata-se de hipótese que exclui o dever de indenizar, visto que Joaquim estava executando serviço público de natureza urgente.

d) A responsabilidade civil será da pessoa jurídica, na modalidade objetiva, com a possibilidade de direito de regresso contra o motorista.

**9(TRE – GO CESPE 2009 ANALSITA JUDICIÁRIO)** Um caminhão trafegava por uma rodovia mantida pela União quando sofreu um acidente com capotagem. A velocidade empreendida pelo motorista era a permitida, e a capotagem foi causada pelos bruscos movimentos realizados para desviar de uma série de buracos presentes na pista. O acidente danificou o caminhão e gerou a perda de toda a carga. Com base nessa situação, **assinale a opção correta.**

a) Houve culpa exclusiva da vítima.

b) Está presente o caso fortuito.

c) A responsabilização do Estado ocorrerá na forma subjetiva.

d) No caso presente, a identificação do agente público causador do dano é de fácil identificação, o que possibilita ao Estado valer-se de ação regressiva, caso seja obrigado a indenizar a vítima.

**10(PGE – AL CESPE 2009 PROCURADOR DO ESTADO)** Acerca da responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos, **assinale a opção correta.**

a) É firme e atual o entendimento do STF de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público de transporte é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se

estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.

b) Não resta caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado se um policial militar, em seu período de folga e em trajes civis, efetua disparo com arma de fogo pertencente à corporação e atinge pessoa inocente, provocando-lhe danos.

c) O Estado não é objetivamente responsável por dano causado por funcionário de fato.

d) A responsabilidade civil pelos atos causados pelos agentes das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de atividade econômica é objetiva.

e) Considere a seguinte situação hipotética. Geraldo foi condenado e submetido a regime prisional aberto. Em sete ocasiões, Geraldo praticou a falta grave de evasão, sem que as autoridades responsáveis pela execução da pena lhe passassem para o regime fechado. Na oitava fuga, Geraldo estuprou Vânia justamente no período em que deveria estar recolhido à prisão. Nessa situação, está configurado o nexo de causalidade entre a omissão do Estado e o evento danoso a ensejar a responsabilidade civil do ente público.

### LEI FEDERAL 8.429/92

**1 (CESPE/SAD/CONTADOR/21.02.2010/ Questão 14)** O secretário de saúde de determinado estado da Federação contratou empresa de informática, com o objetivo de modernizar o sistema de protocolo, por meio de dispensa de licitação. Seu genro era um dos sócios da referida empresa. Após o pagamento efetuado, percebeu-se que não se tratava de caso de dispensa e que o objeto do contrato não havia sido prestado adequadamente, uma vez que o protocolo continuou sendo feito de forma manual. Acerca dessa situação hipotética e tendo por parâmetro as normas estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992, a denominada Lei de Improbidade Administrativa, **assinale a opção correta.**

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

**A** Restou configurada a prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

**B** Restou configurada a prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

**C** Não restou configurada a prática de ato de improbidade administrativa pois o Secretário de Saúde não é agente político, e apenas este pode praticar atos de improbidade administrativa.

**D** Não restou configurada a prática de ato de improbidade administrativa, e sim de nepotismo, tendo em vista que o sócio da empresa era parente do referido secretário estadual.

**E** Não restou configurada a prática de ato de improbidade administrativa, na medida em que o secretário de saúde é agente político, podendo ter seus atos investigados apenas na esfera criminal.

**2 (CESPE /INSS/ ENGENHEIRO CIVIL/ 10.01.2010/ Questão 50** As punições constantes da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) são aplicáveis a qualquer agente público, servidor ou não.

**A respeito da Lei de Improbidade, dos contratos administrativos e da licitação, julgue os itens subsequentes.**

**3 (CESPE/T.R.E.BA/ANAL.JUD. /21.02.2010 / Questão 54)** A aplicação das medidas punitivas previstas na Lei de Improbidade Administrativa pressupõe a ocorrência de dolo como o único elemento subjetivo, pois o ato de improbidade administrativa implica enriquecimento ilícito para o sujeito ativo, prejuízo para o erário ou afronta aos princípios da administração pública, circunstâncias que afastam a configuração de culpa.

**4 (CESPE/ T.R.E.MT/ ANAL.ADM./ 24.01.2010 / Questão 23)** Assinale a opção correta a

respeito da Lei n.º 8.429/1992, que regulamenta os atos de improbidade administrativa.

**A** Enquanto as empresas públicas podem ser sujeitos passivos da improbidade administrativa, as sociedades de economia mista não podem, em razão do regime de direito privado a que estão submetidas.

**B** Aquele que, não sendo agente público, induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficia sob qualquer forma não se submete às disposições da Lei n.º 8.429/1992, devendo a sua conduta ser apurada de acordo com o Código Penal.

**C** Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), os deputados federais, os senadores e o presidente da República, na qualidade de agentes políticos, não se submetem às regras da lei em apreço, em razão de se sujeitarem a regime especial de responsabilização.

**D** Somente a ação praticada com dolo pelo agente público e com comprovada lesão ao patrimônio público é passível de responsabilização pelo integral ressarcimento do dano.

**E** Por não ser admitida pela Constituição Federal de 1988 (CF) que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não é possível a responsabilização do sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio ou se enriquecer ilicitamente, ainda que seja até o limite do valor da herança.

**5 (CESPE / PROCURADOR FERDERAL DE 2º CATEGORIA / PGF /27-3-2010 / Questão 1** O fato de o servidor público deixar de praticar, indevidamente, o ato de ofício constitui infração administrativa prevista na Lei n.º 8.112/1990, mas não, ato de improbidade administrativa.

**6 (CESPE/ PROMOTOR SUBSTITUTO/ PGJ.SE/ 11-4-2010 / Questão 49** Quanto aos aspectos materiais e processuais da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a opção correta.

## DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS

PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti

**A** A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, para os que foram condenados por ato de improbidade, somente se podem efetivar após o trânsito em julgado da decisão.

**B** A exemplo do que ocorre com a ação popular, qualquer cidadão é parte legítima para propor a ação de improbidade administrativa, assim como o são o MP e a pessoa jurídica prejudicada pela atuação do gestor.

**C** As disposições da lei, aplicáveis apenas aos agentes públicos, alcançam os que exercem cargo, emprego ou função pública, de modo efetivo ou transitório, e os que exercem, por eleição, mandato eletivo.

**D** Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para ser instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, não se exigindo identificação do representante, como forma de resguardar sua identidade e evitar retaliações de qualquer natureza.

**E** Os atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito sujeitam os responsáveis ao ressarcimento integral do dano, se houver, à perda da função pública, à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.

**7 (CESPE / AGENTE DE SUPORTE EDUCACIONAL / SEDU-ES / 25-4-2010/ Questão 70** O diretor de uma escola pública estadual que for condenado por ato de improbidade tem, entre outras cominações, a perda dos seus direitos políticos em razão da prática de ato de improbidade no serviço público.

**8 (CESPE / CIÊNCIAS CONTÁBEIS / SEFAZ-ES / 25.4.2010 / Questão 50** Caso um empregado de determinada empresa pública cometa ato que a lei caracterize como improbidade administrativa, ele responderá por esse ato, ainda que não detenha cargo público.

**9 (FHS – ES CESPE 2009 PROCURADOR)** Juiz federal prolatou sentença decretando a suspensão dos direitos políticos nos autos de ação de improbidade movida em face de servidor de secretaria de estado da administração de determinado estado da Federação. Nessa situação, a decisão só terá efeito após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

**A respeito dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 8.429/1992.**

**10 (TRT 17ª REGIÃO CESPE 2009 ANALSITA JUDICIÁRIO)** Retardar, indevidamente, ato de ofício constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

**11 (TRT 17ª REGIÃO CESPE 2009 ANALSITA JUDICIÁRIO)** Concorrer, dolosa ou culposamente, para que terceiro se enriqueça ilícitamente constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

**Com relação à improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.**

**12 (TRT 17ª REGIÃO CESPE 2009 ANALSITA JUDICIÁRIO)** O indivíduo que for condenado por improbidade administrativa à perda de direitos políticos não pode, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, propor ação popular.

GABARITO – SERVIÇOS PÚBLICOS		
QUEST.	RESP.	JUSTIFICATIVA
1	A	
2	C	
3	C	
4	E	
5	C	
6	C	
7	C	
8	C	
9	C	
10	C	
11	C	

**DIREITO ADMINISTRATIVO – UNIJUR – CURSO REGULAR PARA CARREIRAS JURÍDICAS**

**PROF. HENRIQUE SAVONITTI – [www.savonitti.com.br](http://www.savonitti.com.br) – twitter: @profsavonitti**

12	B	
13	D	
14	C	
15	C	

<b>GABARITO RESPONS. CIVIL</b>		
<b>QUEST.</b>	<b>RESP.</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
1	B	
2	A	
3	C	
4	C	
5	B	
6	C	
7	C	
8	D	
9	C	
10	E	

<b>GABARITO IMPROBIDADE</b>		
<b>QUEST.</b>	<b>RESP.</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
1	E	
2	C	
3	E	
4	C	
5	E	
6	A	
7	E	
8	E	
9	C	
10	C	
11	C	
12	X	